

# ESTAMOS ÀS PORTAS DO PARLAMENTARISMO

Diretrizes, 13. XII. 48

É o que diz, em entrevista exclusiva a DIRETRIZES, o sr. Raul Pila — Um terço da Câmara já aderiu ao sistema preconizado pelo PL — A posição das classes armadas — Não há perigo na transição de uma para outro homem, diz S. S.

Seria, realmente, interessante, ouvir-se, como o fizemos, o sr. Raul Pila, o velho pioneiro do regimen parlamentarista, em nosso país, neste momento de aguda crise política. Os fatos a que estamos assistindo, de desentendimentos profundos entre os partidos, apostados, como se vê, na caça às posições de mando, e sem um programa de ação que corresponda à solução dos graves problemas que empolgam a Nação, nos estão levando, fôrça é confessar, a um verdadeiro caos administrativo.

A longa experiência política do venerando parlamentar e a sua palavra acatável, não podiam deixar de fazer-se sentir, nesta (Conclui na 4.ª pág.)



Sr. Raul Pila

(Conclusão da 1.ª pag.)

nos acontecimentos da hora presente.

S. Excia., fiel às suas ideias, entende, como o revela a sua entrevista, que o remédio para os males que nos atormentam, na política e na administração, é a adoção do parlamentarismo.

Com esse propósito, procuramo-lo na Câmara, expondo-lhe os nossos objetivos. Ele se dispôs a atender-nos e damos, abaixo, o que nos declarou.

A entrevista foi revista por S. Excia., dados os assuntos que feriu em sua palestra com o nosso companheiro.

A primeira pergunta que fizemos foi relativa à campanha parlamentarista. Como ia já?

— Como melhor não poderia ser, respondeu-nos o nosso entrevistado. O parlamentarismo é uma ideia em marcha, e em marcha acelerada. Quando se reuniu a Assembléa Constituinte, mais do que temeridade, pareceu uma tentativa ridícula. Ao cabo de alguns meses de debate, a emenda parlamentarista reunia cerca de oitenta assinaturas, entre deputados e senadores, neste número incluída a considerável bancada comunista. No momento em que lhe foi, apesar de desfalçada a corrente dos representantes comunistas, conta já a emenda noventa e uma assinaturas somente de deputados, e muitos dias não levará a alcançar a centena, quer dizer, a terça parte da Câmara. Mais significativo, talvez, do que esta rápida progressão, é que, entre os subscritores da emenda parlamentarista se encontram hoje alguns deputados que na Assembléa Constituinte a combateram.

— Inquirimos, então, se havia possibilidade de vitória próxima.

— Sim, respondeu-nos o sr. Raul Pila. D. la constitui um índice seguro a rapidez com que se está confundindo a ideia. Bastará que, nas sessões legislativas de 1949 e 1950, a emenda logre o voto da maioria absoluta da Câmara e do Senado, para que a reforma se formalize.

Certo, ainda muito nos falta para conseguir tal maioria. Precisamos da metade dos membros da Câmara e, por ora, só temos um terço. Mas, além de ter a ideia, em si mesma, muita força, está a favor dela grandemente a situação política em que nos encontramos. Muitos são já os que, sem ter ainda uma sólida convicção da superioridade do sistema parlamentar, na reforma vêem, todavia, o único meio de sair disto. Apresentada, pois, a emenda, o debate que fatalmente suscitará não deixará de trazer novos adeptos.

— Mas a campanha presidencial, que já começou com a tomada de posição de partidos e latentes candidatos, não fará passar a segundo plano a reforma constitucional, podendo-a, até, relegar completamente?

— Não o creio, respondeu o nosso entrevistado. Será, pelo contrário, a própria campanha presidencial, com as suas fundas perturbações e os seus graves perigos, maiores agora do que nunca, o que atuará como fator decisivo na reforma, pois com ela se transformará in-

teiramente a natureza do problema. Melhor dito: a sucessão presidencial deixará, então, de ser um problema. Que espírito sensato deixará de preferir esta solução?

Com efeito, deixará o Presidente de ser o senhor quase absoluto do governo do País, para tornar-se simplesmente o Chefe da Nação, o seu supremo Magistrado, e a sua investidura, em vez de resultar de uma áspera campanha eleitoral, tar-se-á por simples e rápida nomeação do parlamento.

— Não teme, indagamos nós, a rapidez da transição de um para outro regime?

— Não, por nunca ser perigosa a transição da doença para a saúde, da anomalia para a normalidade. Alguém, porventura, já se lembrou de considerar perigosa e vitanda a espectacular crise da pneumonia, que em poucas horas restitui o doente grave à saúde? Não há, pois, por que temer a crise salutar do parlamentarismo. Os distúrbios porventura ocorrentes seriam apenas o testemunho da reação do organismo para a normalidade.

— Objeta alguns que não estamos preparados para participar um regime tão delicado, quanto o parlamentar. Que pensa a respeito?

— O que pensaria dos pais que, por não saber ainda andar a criança, lhe impedissem todas as tentativas para andar. E' caminhando que se aprende a caminhar, é praticando a democracia que se aprende a praticá-la. Deixar de adotar o parlamentarismo por não estarmos ainda educados para ele, seria condenarmo-nos a jamais adoptá-lo, pois cada vez mais nos estamos deseducando para o exercício da democracia.

Mas eu quero conceder, embora absolutamente não o creia, quero conceder que o parlamentarismo possa não dar bom resultado no Brasil. E daí? Deixaremos de ex-

perimentá-lo, por causa desta duvidosa possibilidade? Se o presidencialismo, como o reconhecemos todos, por ser de meridiana evidência, não tem dado bom resultado, como deixar de tentar uma experiência com o parlamentarismo?

Se ela não for bem sucedida, nada piorará, pois o presidencialismo também não o tem sido. Demais, nada impede, em tal hipótese, que se volte atrás, ou se procure uma terceira solução. A experiência que se propõe não é irreversível. Se nada tolhe que a façamos, nada tolhe também que a desfaçamos, se não nos satisfizer. O que não podemos é deixar que o País afunde, sem nada tentar por salvá-lo.

— Como receberiam as classes armadas a reforma?

— Não é a primeira vez que se me faz semelhante pergunta. Na Assembléa Constituinte, alguns de seus membros recusaram a emenda parlamentarista, por temerem que, no caso de vir ela a ser vitoriosa, a representação nacional seria dissolvida.

Semelhante receio representa, antes de tudo, uma injúria às classes armadas. Seria admitir se quisessem elas sobrepor aos órgãos da soberania nacional normalmente constituídos e por sua decisiva intervenção criados. Demais, que interesse poderia ser esse das classes armadas em manter um regime semi-ditatorial, que as obriga a frequentes intervenções na vida política do país, com as inevitáveis repercussões que determinam no próprio seio delas? O soldado digno sabe nome e da missão a que se dedicou, sómente pôde ter um interesse: que a nação seja bem e livremente governada. Assim em nome de que princípio ou interesse se levantariam as classes armadas contra a reforma? Para terem o pretexto de intervir a seu arbítrio na vida política da Nação? A suposição, além de injuriosa, seria absurda. Demais, muitos são já os chefes militares que no parlamentarismo vêem o meio de sair dos nossos males.

Assim, para que a reforma se faça, basta que os representantes do povo brasileiro tenham clara consciência das suas responsabilidades. Nada mais do que isto.